

Aprendendo história na Escola Indígena *Yvy Porã*¹

Learning history in the Indigenous School *Ivy Porã*

Luciana Helena de Oliveira Viceli*

RESUMO: A aprendizagem em História na Escola Estadual Indígena *Yvy Porã* - Educação Infantil e Ensino Fundamental, tem sido pensada e planejada a partir de um contexto escolar embaçado pelo processo de mudanças e desafios que a prática de uma Educação Escolar Indígena específica e diferenciada requer para atingir as finalidades da disciplina de modo integrado com um projeto intercultural de educação. O presente texto tem como objetivo apresentar o trabalho que vem sendo desenvolvido na referida Escola por meio das práticas do ensino de História, bem como das práticas interdisciplinares e destacar o importante papel que essa área do conhecimento desempenha no projeto de emancipação intelectual e valorização da história e cultura Guarani *Nhandewa*, desenhado pela própria Comunidade Indígena. O trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com análise de dados; resultou em um panorama sobre o processo educacional, especialmente referente ao ensino de História, que se processa na Escola Indígena *Yvy Porã*, que busca ressignificar o papel da educação escolar formal para os Guarani *Nhandewa* da TI Pinhalzinho.

Palavras Chaves: Ensino de História. Escola Indígena. Educação Escolar Diferenciada.

ABSTRACT: *Learning in History at the Yvy Porã Indigenous State School - Early Childhood Education and Elementary Education, has been thought and planned from a school context packed by the process of changes and challenges that the practice of a specific and differentiated Indigenous School Education requires in order to achieve purposes of the discipline in an integrated way with an intercultural education project. The present text aims to present the work that has been developed in that School through the practices of teaching History, as well as interdisciplinary practices and to highlight the important role that this area of knowledge plays in the project of intellectual emancipation and appreciation of history and Guarani Nhandewa culture, designed by the Indigenous Community itself. The work was developed through bibliographic, documentary and field research, with data analysis; resulted in an overview of the educational process, especially regarding the teaching of History, which takes place at the Indigenous School Yvy Porã, which seeks to reframe the role of formal school education for the Guarani Nhandewa of TI Pinhalzinho.*

Keywords: History teaching. Indigenous School. Differentiated School Education.

¹ Este texto é um pequeno recorte da dissertação de mestrado intitulada “Política educacional e o ensino de História na Escola Guarani *Nhandewa Yvy Porã*: contribuições para uma educação intercultural”, para mais informações consultar: VICELI, 2020.

* Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), linha de pesquisa Políticas e Gestão em Educação, área de pesquisa Educação Escolar Indígena. Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Especialista em Educação, História, Cultura e Sociedade pela UENP (2009). Graduada em Licenciatura em História pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho - FAFIJA (2006). Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz - FACIBRA (2012). Foi professora e pedagoga da rede pública de educação básica do Paraná (SEED) de 2007 à 2020. Tem experiência com as Disciplinas Específicas e Coordenação do Curso Formação de Docentes. Atualmente é Secretária Municipal de Educação de Guapirama/PR. E-mail: luciana.viceli@escola.pr.gov.br ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2470-5999>

Introdução

O ensino de História na Escola Estadual Indígena Yvy Porã; que oferta a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, localizada na Terra Indígena (TI) Pinhalzinho, habitada majoritariamente por indígenas da etnia Guarani *Nbandewa*, município de Tomazina/PR; tem sido pensado e planejado a partir de um contexto escolar embalado pelo processo de mudanças e desafios que a prática de uma Educação Escolar Indígena específica e diferenciada requer para atingir as finalidades da disciplina de modo integrado com um projeto intercultural de educação.

Nesse processo, a articulação do trabalho escolar é fundamental. Assim, a Escola *Yvy Porã* lança mão de um trabalho interdisciplinar e da história oral, por meio da memória dos sábios da comunidade, na iminência de atingir os resultados esperados com a escolarização dos jovens *Nbandewa*. Resultados esses que estão relacionados com a emancipação intelectual, cultural e social desses jovens, que estão inseridos em uma comunidade que enfrentou muitos desafios para manter seus direitos territoriais e culturais. Por conta dos desafios, entre eles a luta contra “posseiros”², para manter seu território, atualmente os moradores da TI Pinhalzinho são majoritariamente falantes apenas da língua portuguesa.

A educação escolar nesta Escola é vista pela comunidade local como sinônimo de luta e resistência, como espaço para instrumentalizar as crianças e jovens, tanto com os conhecimentos ditos científicos quanto com os saberes tradicionais, para formar novas lideranças. Nesse contexto o ensino de História tem sido pensado coletivamente a partir de metodologias, materiais e fontes que sejam capazes de produzir um conhecimento significativo para o estudante. Um conhecimento em que o jovem *Nbandewa* reconheça-se como sujeito histórico e não como mero espectador da história.

O presente texto tem como objetivo apresentar o trabalho que vem sendo desenvolvido na Escola Yvy Porã, por meio das práticas do ensino de História, bem como das práticas interdisciplinares e destacar o importante papel que essa área do conhecimento desempenha no projeto de emancipação intelectual e valorização da história e cultura Guarani *Nbandewa*, desenhado pela própria Comunidade.

O trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com análise de dados. Para tal, foram levantadas e estudadas as bibliografias disponíveis. Foram descritas as ações e metodologias interdisciplinares e interculturais empregadas no processo de ensino e aprendizagem, especialmente no ensino de História e foi observada e discutida, junto com a comunidade escolar, a relação e participação da comunidade Guarani *Nbandewa* nesse processo. Resultou em um panorama sobre o processo educacional, especialmente referente ao ensino de História, que se processa na Escola Indígena *Yvy Porã*, que busca ressignificar o papel da educação escolar formal para os Guarani *Nbandewa* moradores da Terra Indígena Pinhalzinho.

O Trabalho Interdisciplinar e Intercultural na Escola Yvy Porã

A Escola Indígena *Yvy Porã* tem realizado um trabalho coletivo e colaborativo, no qual as comunidades, escolar e local, trabalham juntas para promover uma aprendizagem significativa para as crianças e jovens *Nbandewa*, uma vez que a Escola entende que “a educação é construção, processo, é libertar o ser humano do determinismo, reconhecendo o papel da história

² Ver: VICELI, 2020.

e a questão da identidade cultural, tanto em sua dimensão individual quanto coletiva” (PARANÁ, 2019, p. 39).

Articulado a esse projeto está a interdisciplinaridade, que é uma metodologia recorrente no trabalho escolar, no qual todos os profissionais da Escola juntamente com a comunidade local planejam e executam juntos os trabalhos escolares com relação aos conteúdos do currículo prescrito e aos conteúdos inseridos no currículo próprio da comunidade, ou seja, os conteúdos específicos da história, cultura e tradição Guarani *Nbandewa* da TI Pinhalzinho.

Conteúdos esses abordados de forma contextualizada pelas diferentes áreas do conhecimento, que por não estarem contemplados no currículo prescrito pelo sistema de ensino formal, são classificados em um currículo paralelo organizado pela própria comunidade escolar. Nesse currículo são considerados os conhecimentos historicamente acumulado pela humanidade articulados com os etnoconhecimentos Guarani.

O trabalho interdisciplinar acontece no cotidiano da escola, planejado e registrado em forma de projetos que são efetivados coletivamente, mas documentado no registro de classe individualmente. Entende-se que

A necessidade da interdisciplinaridade na produção do conhecimento funda-se no caráter dialético da realidade social que é, ao mesmo tempo, una e diversa e na natureza intersubjetiva de sua apreensão, caráter uno e diverso da realidade social nos impõe distinguir os limites reais dos sujeitos que investigam dos limites do objeto investigado. Delimitar um objeto para a investigação não é fragmentá-lo, ou limitá-lo arbitrariamente. Ou seja, se o processo de conhecimento nos impõe a delimitação de determinado problema isto não significa que tenhamos que abandonar as múltiplas determinações que o constituem. É neste sentido que mesmo delimitado um fato teima em não perder o tecido da totalidade de que faz parte indissociável (FRIGOTTO, 2008, p. 43-44).

O trabalho desenvolvido na *Yvy Porã* preza por uma abordagem múltipla da problemática, na tentativa de superar a produção de conhecimento isolado e/ou fragmentado, para assim desenvolver e conhecer as relações que as temáticas apresentam com as diversas áreas do conhecimento e com o local, buscando assim materializar a interculturalidade para além apenas da ideia de tolerar ou reconhecer as diversidades (FAUSTINO, 2006).

Essa dinâmica é muito presente e defendida nas mais diferentes modalidades da educação básica e faz a diferença na Educação Escolar Indígena, pois essa modalidade entende que os conhecimentos estão inter-relacionados e interligados e não devem ser hierarquizados, como o etnocentrismo sempre o fez.

O trabalho escolar na *Yvy Porã* visa promover a interculturalidade, que é entendida pela comunidade Guarani *Nbandewa* como a possibilidade para se materializar um novo modelo de educação, no qual o trabalho escolar articula a ciência já sistematizada aos etnoconhecimentos Guarani. Desenhando um planejamento e um currículo que é muito próprio da TI Pinhalzinho, uma vez que

Entende-se que a educação intercultural não seria uma disciplina escolar entre outras, mas, antes, o princípio fundamental que subentende toda a atividade escolar. Isso exigiria que a instituição escolar reexaminasse, revisasse e alargasse as suas próprias normas. Também exigiria que as atividades interculturais ultrapassassem o quadro estreito da escola, assegurando o estabelecimento de relações duráveis entre alunos, capazes de resistir aos conflitos culturais entre sistemas de valores diferentes (VALENTE, 1990, p. 94).

Exatamente o que a Escola *Yvy Porã* almeja. O empoderamento histórico e cultural das crianças e jovens Guarani *Nbandewa* para que não se sintam limitados fora da terra indígena e possam ocupar, com propriedade e afirmação da sua identidade todos os espaços da sociedade, sejam indígenas ou não indígenas. Ainda que essas relações sejam regadas pelos conflitos históricos gerados pela ideia do eurocentrismo, inaugurados pelo colonizador e até hoje cultivados por parte da sociedade, tornam-se necessárias e reivindicadas pela comunidade Guarani *Nbandewa* da TI Pinhalzinho, conforme consta no relato do PPP:

A instituição educativa não se justifica, caso não esteja a serviço da sociedade, por isso cabe ao Estado por meio da Escola, por excelência, a coleta, a organização e a socialização do saber humano, com a articulação dos etnosaberes, bem como a utilização deles na busca de seus direitos, enquanto cidadão brasileiro, tendo em vista que é por meio do saber acumulado que a humanidade, sendo emancipada pode transformar condições pouco satisfatórias da vida, através de Políticas Públicas afirmativas, buscar condições mais dignas, de modo que este sujeito possa se empoderar como sujeito de autoridade sobre sua identidade indígena e agir criticamente nas suas relações sociais (PARANÁ, 2019, p. 31).

Sendo assim, a Escola Indígena acumula funções que estão relacionadas com a organização, sistematização e produção do conhecimento, bem como com a relação humana e social que cada indivíduo *Nbandewa* desenvolverá no seu processo histórico e da sua comunidade.

Memórias dos Mais Velhos (Sábios) e o Etnoconhecimento Guarani

Para o desenvolvimento do trabalho interdisciplinar e intercultural realizado na Escola *Yvy Porã*, a participação da comunidade *Nbandewa* é essencial haja vista que, para a etnia Guarani, a memória dos mais velhos é fonte de sabedoria e parte importante no processo de formação das crianças e jovens, assim, o processo educacional formal não poderia deixar de considerar essa fonte aliada.

Apesar dos avanços, ainda existem algumas ressalvas com relação à utilização da história oral e da memória como fontes históricas, entretanto, no processo desenvolvido pela Escola *Yvy Porã*, o seu papel e a sua importância são inquestionáveis, por isso a discussão de Pollak (1992) torna-se essencial e presente para explicar e entender tal processo.

Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta (POLLAK, 1992, p. 207).

A história oral geralmente é entendida como a possibilidade de dar ouvidos àqueles que foram silenciados ao longo da História (SPIVAK, 2010). Os povos indígenas foram vítimas desse silenciamento e, devido a isso, durante muito tempo, a autoria e as impressões presentes nas produções literárias e científicas sobre esse grupo foram dominadas pelos não indígenas, o que tem mudado nos últimos tempos. Os indígenas estão ocupando o papel de protagonistas, sejam como autores das produções ou como relatores por meio de suas memórias individuais e/ou coletivas.

A história oral tornou-se um importante mecanismo de combate ao silenciamento históri-

co imposto aos indígenas e contribuiu significativamente nas pesquisas e nos trabalhos da Escola *Yvy Porã*, nos quais os Guarani *Nhandewa* ocupam o espaço de protagonistas.

Ao ouvir a voz dos *Nhandewa*, a Escola *Yvy Porã* pode conhecer e registrar a sua própria história e a história do Pinhalzinho, por meio da memória da comunidade, especialmente a memória dos mais velhos que, apresentada aos mais jovens, vai sendo registrada tanto nas suas memórias como em registros físicos, por meio do trabalho escolar formal, o qual além de ser redigido em língua portuguesa é também traduzido para a língua Guarani *Nhandewa*, em sinal de resistência e compromisso com a própria história e cultura. Conforme narrativa de Reginaldo Alves (*Nimboadju*), Guarani *Nhandewa*, 43 anos, morador da TI, disponível no Boletim Informativo produzido pelo IFPR na TI Pinhalzinho em 2014: “na nossa história de lutas foram duas coisas, a persistência e a resistência. Porque quando eles decidiram retomar dos posseiros, eles persistiram naquilo. Mesmo diante das ameaças de tiro, eles resistiram aquilo tudo e não deixaram perder” (VICELI, 2020, p. 102).

Os Guarani da TI Pinhalzinho timidamente vão escrevendo sua história e ocupando o papel de protagonistas, fortalecendo o movimento local, a formação e resistência dos jovens, conforme discute Almeida.

No palco da história, os índios vão, lentamente, passando da invisibilidade construída no século XIX para o protagonismo conquistado e restituído nos séculos XX e XXI por movimentos políticos e intelectuais nos quais eles próprios têm tido intensa participação (2012, p. 22).

A história oral junto com a memória dos sábios tem o poder de contar e afirmar a história do povo Guarani *Nhandewa* da TI Pinhalzinho, rompendo com a tentativa de esquecimento e exclusão dos materiais oficiais. História essa que não aparece nos materiais didáticos que chegam até a Escola, mas que existe, que já foi vivida pelos antepassados e hoje é vivida por diversos sujeitos históricos, entre eles os próprios jovens *Nhandewa*, que a partir da memória dos mais velhos encontram-se com a história do seu povo. “A memória é, pois, imprescindível na medida em que esclarece sobre o vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que as acompanha” (ORÍÁ, 2005, p. 139).

Ao fazer uso da história oral nas pesquisas com os povos indígenas, torna-se ainda mais importante considerar as reflexões de Portelli (2000), pois elas exprimem com propriedade o significado da memória para os indígenas. A memória como um instrumento de história, luta e de resistência sempre.

Acredito na história oral precisamente porque ela pesquisa a memória de indivíduos como um desafio a essa memória concentrada em mãos restritas e profissionais. E penso que parte de nosso desafio é o fato de que realmente encaramos a memória não apenas como preservação da informação, mas também como sinal de luta e como processo em andamento. Encaramos a memória como um fato da história; memória não apenas como um lugar onde você “recorda” a história, mas memória “como” história (PORTELLI, 2000, p. 69).

Assim como para Portelli (2000), também para os Guarani *Nhandewa* a memória é história e também é sabedoria. Por meio da memória, os sábios Guarani *Nhandewa* transmitem as suas histórias de lutas e os seus etnoconhecimentos que, segundo eles, são ensinamentos fundamentais para a formação dos jovens.

A Escola *Yvy Porã* apresenta uma orientação bem específica para o trabalho com o tempo

e com a memória, por se tratar de abordagens fundamentais e importantíssimas no ensino de História e também estarem entre as principais especificidades do povo Guarani. De acordo com o PPP:

Por se tratar do povo indígena Guarani, em que a religiosidade está muito relacionada com o cotidiano, a disciplina de História deve tomar seu cuidado ao transitar pelo tempo, pois o tempo para os indígenas não é o mesmo tempo visto pelo não-indígena. Enquanto a disciplina de História ensinada em outras escolas, percorrem uma linha do tempo cronológica linear, onde muitas vezes o novo sempre é melhor em relação ao velho, a disciplina de História ensinada dentro da realidade indígena, percorre caminhos diversos. O educador ao fazer estas andanças no tempo histórico referente ao povo Guarani, deverá fazê-lo observando toda a atmosfera de religiosidade que o cerca, pois, como já dito, o Tempo para o indígena não segue uma linha do tempo linear como a do não indígena, onde os novos superam os mais velhos, ao contrário, o indígena sempre buscará o direcionamento para explicar sua realidade através dos ensinamentos dos mais velhos que já tiveram ou seus antepassados, já enfrentaram uma realidade parecida com a que vive (PARANÁ, 2019, p. 61).

Destaca-se a limitação das políticas públicas que prescrevem currículos e disponibilizam materiais didáticos para o ensino de História, que trazem abordagens gerais e não consideram as especificidades dos povos indígenas, exigindo que o professor que atua em escola indígena tenha que redesenhar o currículo, descolonizar o material didático, explorar novas fontes históricas e elaborar materiais didáticos próprios, tudo isso ao mesmo tempo e com os mesmos recursos que a escola não indígena, o que é muito mais trabalhoso e desafiador.

Entre as novas fontes a serem exploradas está a história oral. Entretanto, trabalhar com a memória das pessoas requer muita atenção e cuidado, pois é um campo delicado que envolve sentimentos e vivências. A memória também é seletiva e pode ser a expressão da individualidade, como também a representação social de um coletivo, o que é muito comum na comunidade *Nhandeva* de Pinhalzinho.

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes (POLLAK, 1992, p. 201).

Assim, o trabalho com a memória dos sábios da comunidade, por representar além da expressão individual também o coletivo social do povo Guarani *Nhandeva* da TI Pinhalzinho, é corriqueiro nas aulas de História, bem como nas diversas atividades desenvolvidas pela Escola *Yty Porã*, porque é uma fonte riquíssima e relevante para o processo de ensino e aprendizagem. Sendo isso um consenso entre toda a comunidade escolar e documentado no PPP da escola:

O fazer história significa recuperar relações que se estabeleceu entre os mais diversos grupos humanos e seus indivíduos, no desenvolvimento de suas ideias, atividades e costumes, nos mais diferentes espaços e tempos. Além disso, o estudo desta disciplina é um importante aliado na revitalização da memória histórica indígena, já que interage com o passado para se compreender a realidade atual que nos cerca (PARANÁ, 2019, p. 61).

Por meio da memória dos mais velhos é possível evidenciar a história e cultura local e a história das famílias Guarani *Nhandeva* que hoje habitam a TI Pinhalzinho, conseqüentemente, a

história de cada estudante que, ao investigar junto às fontes humanas/orais, identifica-se como sujeito desse processo histórico. “O direito à memória como direito de cidadania indica que todos devem ter acesso aos bens materiais que representam o seu passado, a sua tradição, enfim, a sua história” (ORIÁ, 2005, p. 138).

O contato e a valorização das tradições e da história possibilitam que o distanciamento que naturalmente existe entre o estudante e a História que está sistematizada nos livros didáticos encurte-se, pois, o estudante *Nbandewa*, ao assumir o papel de historiador e investigar a história junto aos seus parentes, reconhece-se como parte do processo.

Uma vez que o estudante *Nbandewa* reconhece-se como sujeito histórico e identifica o seu lugar e papel na História, o processo de análise e sistematização da história regional, nacional e global desenvolve-se de forma mais ativa e crítica, ficando compreensível o processo natural de mutação pelo qual passam todos os grupos humanos, inclusive as etnias indígenas. Com isso, o jovem Guarani consegue compreender e criar mecanismos para enfrentar as constantes cobranças dos não indígenas com relação às mudanças e permanências culturais a que estão e estiveram sujeitos ao longo da história, ficando evidente que

Todos precisam de uma história, em se tratando do povo indígena Guarani que são ricos por natureza de uma história que os diferenciam dos demais povos, dando assim uma identidade própria e única. No entanto, como não existe uma cultura imutável, também sofreram e sofrem com o processo de globalização, sendo cada vez mais importante a necessidade de instituições como a escola, para criar meios de “preservação”, “manutenção” e fortalecimento de suas histórias e assim de sua identidade, para que não façam ao contrário, supervalorizando os conhecimentos ocidentais como se estes fossem os únicos conhecimentos capazes de dar explicações sobre os problemas do dia a dia (PARANÁ, 2019, p. 61).

Como consta na citação do PPP da Escola, essa comunidade tem uma grande preocupação em manter viva e ativa a sua história e cultura, bem como em transmitir os etnoconhecimentos Guarani aos mais jovens por meio da oralidade e da escrita, por isso é fundamental que, ao trabalhar com a memória dos sábios, também se considere que a memória permanece em constante reconstrução dos significados, e pode ser revisitada ainda que registrado por escrito um primeiro relato.

Assim, o processo educacional formal, ao lançar mão da história oral, visitando a memória dos sábios da comunidade, registrando e documentando essas memórias, tanto em língua portuguesa quanto em língua Guarani, consegue romper com a ideia da superioridade eurocêntrica e, com facilidade, identifica a Ciência presente nos etnoconhecimentos Guarani, que passam a ser conteúdos fundamentais do currículo escolar para a formação das crianças e jovens *Nbandewa*.

Isso porque, para os Guarani *Nbandewa*, a Ciência já sistematizada e reconhecida como conhecimento formal pelo mundo ocidental, disponibilizada pelas políticas educacionais vigentes em todos os sistemas, que chega à Escola Indígena por meios dos materiais didáticos, definitivamente não é suficiente para promover a formação humana almejada, defendida e anunciada pelos sistemas educacionais.

Para os *Nbandewa* da TI Pinhalzinho, essa formação só é possível se houver a integração da Ciência já sistematizada nos livros e demais recursos didáticos com os etnoconhecimentos Guarani guardados na memória dos sábios, visitados e evidenciados por meio da história oral, vivenciados e compartilhados com os mais jovens, que registram tanto nas suas memórias como em documentos redigidos em língua portuguesa e guarani que se tornam acervo e material didáti-

co da Escola.

Registro esse que se materializa a partir do esforço local, toda a comunidade escolar, que enfrenta diversos desafios, uma vez que não conta com políticas públicas de incentivo e financiamento, ainda que o direito ao bilinguismo e ao material didático específico bilingue esteja garantido legalmente conforme consta no inciso VII do Artigo 24, atribuições da União, e no inciso VIII do Artigo 25, atribuições do Estado, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica (DCNEEI, 2012, p. 12) “promover a elaboração e publicação sistemática de material didático e pedagógico, específico e diferenciado para uso nas escolas indígenas”.

A tradução das produções e pesquisas para a língua guarani faz parte da demanda da comunidade e simboliza resistência, é também uma forma de aproximação das crianças e jovens *Nbandewa* com a língua materna dos seus ancestrais, por serem falantes apenas da língua portuguesa, uma vez que os mais velhos da TI Pinhalzinho, ao longo de décadas de ocupação do seu território por não indígenas, foram proibidos de falar guarani e ensinar aos filhos³.

O trabalho de tradução e impressão das produções enfrenta inúmeros desafios. A Escola tem apenas uma Profissional Bilingue que é remunerada apenas pela carga horária em sala, a impressão dos materiais é realizada na Escola com, praticamente, o mesmo orçamento de uma escola que não acumula tal montante de atividades, o que exige, muitas vezes, que os professores complementem os recursos da Escola com doação de materiais e custeando impressões gráficas.

Conforme discussão de Melo (2013) que destaca as dificuldades que os indígenas que tem como primeira língua a língua materna indígena enfrentam nos cursos superiores em traduzir para a língua portuguesa seus pensamentos, isso também ocorre no processo contrário, além das questões burocráticas, a tradução das produções enfrenta ainda o desafio das diferenças linguísticas, o que torna a trabalho mais difícil e aumenta a demanda para a única Professora Bilingue da Escola *Yvy Porã*, a qual não conta com carga horária diferenciada para o trabalho, precisando acumular esse com a função docente, limitando a qualidade e a quantidade de produção, distanciando o processo das metas estipuladas pela comunidade *Nbandewa* e também das suas necessidades, conforme relato da Professora Bilingue.

Uma possibilidade para ampliar a carga horária da disciplina de Língua Guarani poderia ser um projeto complementar em contraturno, no qual nós poderíamos explorar e treinar mais a conversação com os mais velhos falantes da comunidade, porque eles reclamam muito em não ter com quem falar na linguagem (Entrevista realizada em 25 de junho de 2019) (VICE-LI, 2020, p. 123).

Os profissionais que atuam na Escola enfrentam o desafio de, mesmo sem recursos ou políticas diferenciadas, efetivar uma educação intercultural, que atenda às demandas do sistema formal e da comunidade local, para isso, complementam o currículo; reorganizam os horários, o tempo e o calendário; descolonizam, criam e recriam materiais didáticos, entre outras ações.

Práticas Diferenciadas na Escola *Yvy Porã* e no Ensino de História

A Escola *Yvy Porã* tem uma grande preocupação com a formação dos jovens *Nbandewa*, por isso ocupa-se em direcionar o trabalho interdisciplinar e intercultural de forma que cada área

³ Ver: VICELI, 2020.

do conhecimento e cada disciplina, considerando as suas especificidades, trabalhe sempre de forma articulada ao coletivo. O PPP da Escola apresenta algumas metodologias para esse trabalho:

Dentre as metodologias que serão implantadas podemos citar: pesquisa bibliográfica, relatos de memória, oficinas pedagógicas e grupos de estudo para a formação do professor(a); atividades em grupo, debates e discussões, estudo de textos, teatro, cantos, músicas, cantigas e danças, gincanas, projetos de leitura, projetos de matemática, planos individuais de ensino e outros conforme a necessidade que forem surgindo. Espera-se, com isso, favorecer o desenvolvimento pleno dos alunos e alunas dessa escola (PARANÁ, 2019, p. 38).

O ensino de História articulado ao projeto de uma educação específica e diferenciada proposto pela Escola *Yvy Porã* utiliza-se das metodologias sugeridas no PPP e outras para atingir os objetivos específicos da disciplina em uma escola indígena. Segundo o PPP:

Esta disciplina tem como alvo no que se refere à realidade escolar indígena, mostrar as transformações, ocorrida ao longo do tempo na cultura Guarani, e também dar visibilidade aos aspectos da cultura indígena que ainda permanece forte, levando o educando a questionar o porquê destas transformações e destas permanências estarem hoje em nosso meio (PARANÁ, 2019, p. 61).

Segundo Paiva (2012, p. 21), “a história atua como principal intermediadora dos estudos da diversidade cultural e étnica, promovendo a identidade individual e coletiva dos educandos”. Nesse sentido, o ensino de História na Escola *Yvy Porã* tem trabalhado para atender à demanda da comunidade Guarani *Nbandewa* da TI Pinhalzinho, que espera da escola um trabalho que fortaleça a identificação e autoafirmação das crianças e jovens como indígenas e que reconheça as mudanças naturais pelas quais todas as sociedades passam.

Para esses Guarani *Nbandewa*, que objetivam o direito a viver segundo suas tradições e costumes, a autoafirmação é fundamental. Portanto, o currículo do ensino de História nesta Escola não pode se omitir a tal função e deve ser pensado coletivamente para atender às demandas locais. Segundo o PPP:

A disciplina de História objetiva levar o aluno a compreender a real importância da história nas forças sociais, econômicas e políticas, no cenário em que vivemos (e do qual fazemos parte, conscientemente ou não), como o resultado de uma série de práticas e esforços realizados pelas gerações passadas. Um trabalho que devemos dar continuidade ou, se for o caso, transformar (PARANÁ, 2019, p. 60).

Entretanto, considerando que esse currículo deve estar vinculado ao prescrito pelo Estado para as escolas não indígenas e vinculados às mesmas políticas educacionais, mantém-se alguns desafios no processo, mas que não impedem que a Escola *Yvy Porã* pense um ensino de História que seja realmente emancipador para as crianças e jovens *Nbandewa*. De tal modo, a Escola juntamente com a comunidade local busca direcionar o trabalho escolar, desenhando um currículo específico para o ensino de História, que articule os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade com os etnoconhecimentos Guarani *Nbandewa*, atendendo assim a demanda da Comunidade Pinhalzinho.

Através da observação, pesquisa e acompanhamento contínuo, esta escola indígena, juntamente com o corpo docente buscará alternativas, metodologias e estratégias transformado-

ras, a fim de que a educação escolar fornecida por esta escola consiga suprir as demandas tanto locais, quanto globais do aluno indígena, preparando-o plenamente para interagir/agir de modo efetivo na sociedade (PARANÁ, 2019, p. 37).

O trabalho desenvolvido pelo ensino de História envolve ações individuais da disciplina e, principalmente, ações coletivas, com as demais áreas do conhecimento, que são na sua maioria organizadas em forma de projetos interculturais e interdisciplinares. Esse trabalho diferenciado começou na Escola *Yvy Porã* a partir do momento em que a gestão escolar foi assumida por profissionais indígenas em 2011, sendo os cargos de diretor e pedagoga da escola.

A partir de 2012, a organização de um trabalho intercultural, respaldado pela legislação que ampara a Educação Escolar Indígena e considerando as especificidades da etnia Guarani *Nbandewa* da TI Pinhalzinho, intensificou-se. As propostas para um trabalho diferenciado, de autoria da gestão da Escola, foram muito bem aceitas pelos profissionais. Segundo a pedagoga Laíres (*Kumbã Rokadjju*), uma vez que

A escola tenha as características, a cara da comunidade, como a gente costuma pensar que deva ser, ela tem a função de auxiliar na revitalização e manutenção da comunidade e da cultura tradicional, a gente precisa da escola como uma ferramenta para isso, a gente entendeu a partir de 2011 que a escola pode ser essa ponte, mesmo que trabalhe os conhecimentos científicos, mas a partir dos conhecimentos tradicionais dessa comunidade (Entrevista realizada em 28 de junho de 2019) (VICELI, 2020, p. 126).

A partir da nova proposta pedagógica o ensino de História assumiu a necessidade de redesenhar o seu papel na Escola Indígena e, junto com as demais áreas do conhecimento, começou a pensar novas abordagens pedagógicas que atendessem ao novo projeto de educação e aprendizagem que a TI Pinhalzinho almejava e começou a construir.

Ao longo de 2012 e 2013, a organização diferenciada pautou-se nos estudos da legislação para entender as possibilidades de mudanças e na consulta junto à comunidade local sobre os anseios com relação à Escola Indígena. Também foram desenvolvidos projetos interculturais e interdisciplinares como a Horta Orgânica. Nesse Projeto, foi possível começar a redesenhar o trabalho escolar pautando as especificidades locais.

Ainda nesses anos teve início a organização de uma Mostra Cultural na TI Pinhalzinho, para sistematizar e socializar com toda comunidade local as primeiras experiências de um novo trabalho escolar. Momento “[...] para que o aluno possa recontar oralmente as narrativas sobre os outros tempos ou informar seus colegas sobre os dados que obteve em uma pesquisa” (BRASIL, 1998, p. 208) e assumir o protagonismo no processo.

Nos anos seguintes essa experiência ampliou-se e passou a contar com a interação e participação de mais duas Terras Indígenas próximas, a TI *Yvy Porã* (Posto Velho) de Abatiá/PR e a TI Laranjinha de Santa Amélia/PR, dando início à tradicional “Mostra Cultural Guarani *Nbandewa*”, que acontece a cada ano em uma das três Terras Indígenas e aborda as temáticas em evidência no momento.

Assim, a Mostra Cultural foi se tornando um espaço cultural e político de resistência dos Guarani *Nbandewa* do norte do Paraná, no qual integra-se os processos históricos e culturais às realidades vivenciadas atualmente, e contribui para a formação e emancipação das crianças e jovens *Nbandewa*, futuras lideranças de suas Comunidades.

No ano de 2014, a Escola *Yvy Porã* desenvolveu-se o Projeto “*Djakuaai pa Nbandereko*” (“Nosso lar, nós conhecemos?”). A proposta do projeto era conhecer melhor o espaço física da

TI Pinhalzinho, explorando a história do território e conhecendo os limites territoriais estabelecidos pelos documentos legais e representados pelos Marcos Geodésicos⁴, que foram visitados pela comunidade escolar na companhia de diferentes membros da comunidade.

Nas aulas de História, a partir desse projeto, deu-se início a uma pesquisa sobre a história da Terra Indígena Pinhalzinho com o objetivo de entender as condições históricas em que foram delimitados os limites territoriais da TI. Utilizou-se as informações disponíveis nos documentos oficiais e as memórias dos membros da comunidade que acompanharam os técnicos responsáveis pela fixação dos Marcos Geodésicos à época.

Abordou-se nas discussões durante as aulas de História como se processa historicamente o direito a terra e ao território no Brasil, que e como as relações de poder têm permeado tal processo e como se delimitou o espaço físico que corresponde hoje à Terra Indígena Pinhalzinho, superando os sentidos comuns: “territórios indígenas são atrasos para o Brasil”, “tem muita terra demarcada”, “terra indígena é improdutiva”, “governo deu terra para os indígenas”, “indígenas não trabalham porque recebem terra de graça”, dentre outros.

Estabeleceu-se também paralelos com o processo de exploração, ocupação e colonização do território brasileiro, discutindo a formação e atuação das Capitânicas Hereditárias, Governo Geral e processo de doação das Sesmarias. O objetivo central dessas discussões era entender como se processou a usurpação do território indígena e a legalização de tal ocupação pelos europeus. A Lei de Terras de 1850 foi abordada para entender o processo de regulamentação da propriedade privada e a exclusão dos indígenas, camponeses pobres e negros ex-escravizados do processo, entendendo assim as raízes de alguns desafios que fazem parte da história desses grupos.

Para esse trabalho, analisou-se a visão apresentada pelo livro didático, classificada como eurocêntrica e romantizada, comparando com a realidade local e as dificuldades que os *Nhandeva* mais velhos passaram para manter o direito pela terra e com a legislação atual sobre tais direitos, especialmente refletindo sobre a datação de tal legislação.

No início do ano letivo de 2015, dando sequência ao trabalho escolar diferenciado, foi planejado coletivamente o Projeto “*Ymã Gua Kuery Oikuaavea Há'e Nhandeva'e Oexaa Rup?*” (“História e Conhecimento do Tempo na Visão Guarani”). Um projeto que focou os estudos na etnoastronomia Guarani, no qual foi possível estabelecer relações com os conteúdos específicos de todas as áreas do conhecimento, facilitando o trabalho intercultural e interdisciplinar.

Segundo a redação do Projeto:

O presente projeto tem por finalidade a realização de estudo sobre os conhecimentos tradicionais Guarani em relação ao sol, a lua, as estrelas e constelações. Buscando desta forma analisar como os índios mais velhos usavam esses conhecimentos tradicionais para o seu interagir com os animais, os peixes, as plantas, a agricultura, a religião e a natureza dentro de sua organização social no Tekoa. Queremos assim mostrar como o homem consegue fazer a leitura das estações do ano, dos efeitos climáticos, das chuvas, frio e calor, em benefícios de sua subsistência e o como nos dias de hoje isto ocorre. Desta forma o trabalho permitirá um ensino diferenciado levando nossos alunos ao contato sensível com os membros mais velhos de nossa comunidade, revitalizando esse processo do jovem com o mais velho sua maneira de transmissão do conhecimento, permitindo que além de obter esse privilegiado conheci-

⁴ Um Marco Geodésico é um ponto fixado no solo em que está gravado um código que remete à latitude, longitude e altitude do local a partir do sistema de referências geocêntrico para as Américas (SIRGAS/2000). São implantados os certificados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exército brasileiro, prefeituras e instituições privadas.

mento sobre a etnoastronomia Guarani, nossos alunos possam registrar e construir um calendário, indo de encontro do que Escola Estadual Indígena Yvy Porã tem como objetivo que é um trabalho intercultural (YVY PORÃ, 2015, p. 2).

A partir desse projeto, nas aulas de História foi possível evidenciar os etnoconhecimentos Guarani – que, apesar de não aparecerem nos livros didáticos, existem e fazem parte da história e estão na memória dos sábios *Nbandewa* – e, assim, romper com a ideia eurocêntrica da supremacia do conhecimento científico ocidental, muito presente nos livros didáticos de História.

No projeto de 2015, trabalhou-se diretamente com a memória dos mais velhos da comunidade, por meio de entrevistas nas quais foi possível ter acesso, ouvir e registrar os etnoconhecimentos Guarani sobre vários fenômenos da natureza e das relações que o Guarani *Nbandewa* estabelece com esses.

Segundo relato de 2015 do Senhor Lourival Lourenço (*Ava Miguakuamiri*), Guarani *Nbandewa*, 65 anos, morador da TI Pinhalzinho, desde 1996, “para o plantio do arroz a gente se orienta através do canto do sabiá, a *Jaxy Inbepytu Mbyte* (lua minguante) é ideal para o corte da madeira, com isso evita-se o ataque de caruncho” (VICELI, 2020, p. 105). De acordo com o Senhor Sebastião (*Ava Mimbydju*):

As plantas que dão o alimento embaixo da terra (ex. mandioca, batata) precisam ser plantadas na *Jaxy Inbepytu Mbyte* (lua minguante), e as que ficam sobre a terra na *Jaxy Hova Guatxu* (lua cheia). Na *Jaxy Pyau* (lua nova), não é bom plantar, pois tem muito *ytxó* (pragas e bichos) (Relato do Senhor Sebastião - *Ava Mimbydju*, 2015) (VICELI, 2020, p. 105).

A partir do acesso aos etnoconhecimentos Guarani, nas aulas de História, estabeleceu-se as relações existentes com o conhecimento já sistematizado pela ciência ocidental, compreendeu-se as composições históricas e reconheceu-se algumas experiências Guarani como pioneiras.

Com isso, foi possível cumprir com o papel da disciplina de reconhecer todos os sujeitos como sujeitos históricos, logo, como protagonistas da história, contribuindo para que os jovens indígenas tenham orgulho de pertencerem à etnia Guarani *Nbandewa*, já que essa é uma das reivindicações da comunidade e função do ensino de História.

Com esse trabalho, foi possível construir coletivamente o calendário circular Guarani *Nbandewa* da TI Pinhalzinho no modelo idealizado pelos ancestrais indígenas, dando também origem à ideia de um novo projeto escolar, que teve início em 2016, com atividades de plantio e cultivo no modelo de um sistema agroflorestal.

Nas aulas de História, durante a produção do calendário, foi possível explorar as diversas relações humanas com o tempo que foram sendo estabelecidas ao longo da história, bem como os distintos modelos de calendários que já foram e são utilizados pela humanidade, conhecendo assim várias formas diferentes de se registrar o tempo. Para esse trabalho, fez-se uma pesquisa bibliográfica envolvendo as relações humanas com a medição do tempo.

Com isso, o ensino de História busca compreender o papel das relações humanas nas mudanças históricas e entender o espaço e o tempo atual no qual os jovens *Nbandewa* estão inseridos para que eles compreendam e mudem, se necessário, essa realidade, pois esta é uma demanda das lideranças da comunidade, conforme narrativa do Senhor Leandro da Silva (*Gyranidju*):

Nossos filhos têm que ter um ensinamento de qualidade dentro da escola indígena para ingressar na faculdade, no mestrado, no doutorado, também é uma oportunidade para ajudar a gente, os avós e pais, nas questões que a gente pode enfrentar com o governo, as leis, e que

talvez a gente não entende, acho que deve caminhar tudo junto, o conhecimento tradicional e científico. Hoje não tem como ficar só no conhecimento indígena, o mundo vai mudando e a gente tem que se adequar ao mundo não indígena, mas sem deixar de ser índio, é o conhecimento tradicional que diferencia a gente como indígena, a nossa língua, tradição, organização, essas coisas que é da gente (Entrevista realizada em 13 de maio de 2019) (VICELI, 2020, p. 126).

Dessa forma, estudar, conhecer e entender as diferentes formas de relação com a História e com o tempo que existem entre os vários grupos humanos é essencial no ensino de História na escola indígena, uma vez que as etnias indígenas, assim como as grandes civilizações ocidentais do mundo antigo e as diversas sociedades atuais, apresentam essas diferentes formas e não podem ser ignorados no processo de formação, até porque é a partir do conhecimento das diversidades que compreende-se as diferenças e se convive com elas.

Em 2016 teve início o Projeto *Yvy Marae'y*, também chamado de SAF, abreviação de Sistema Agroflorestal, que consiste no cultivo de uma pequena área próxima à Escola utilizando as técnicas práticas e estudos teóricos desse sistema de produção.

A partir das pesquisas dos projetos anteriores e de debates que membros da Comunidade Pinhalzinho estavam realizando, a comunidade escolar desenvolveu o novo projeto, que veio ao encontro com todos os anseios por uma educação escolar intercultural, pois o Projeto *Yvy Marae'y* consegue abordar, nas propostas de atividades teóricas e práticas, as demandas do currículo prescrito das diferentes áreas do conhecimento, as demandas históricas e culturais e os etnoconhecimentos Guarani, as necessidades econômicas da TI Pinhalzinho, as especificidades sociais e políticas de uma organização grupal, entre outras.

O projeto em questão trata de uma ação que visa à revitalização cultural desta comunidade no que se refere à agricultura e, principalmente, a de conscientização dos alunos sobre as questões atuais de preservação do meio ambiente e contextualização do tema Agrofloresta com os conteúdos disciplinares do cotidiano escolar (YVY PORÁ, 2016, p. 2).

Para o desenvolvimento desse projeto foi necessário reorganizar o calendário escolar, a organização do tempo das aulas e a dinâmica de distribuição das aulas e turmas por salas, sendo muito comum a prática de “aulão”, como é chamada na Escola, que consiste em reunir, em alguns dias da semana, todos os jovens estudantes e os professores das diferentes áreas para promover os estudos teóricos sobre os temas, previamente definidos e pesquisados, de forma interdisciplinar e intercultural.

O projeto *Yvy Marae'y* é muito dinâmico, intercultural e interdisciplinar, atende bem às especificidades de um trabalho diferenciado como é o objetivo da Escola Indígena. Apresenta muitas possibilidades para as abordagens pedagógicas interculturais.

Realizar-se-á, momentos que incentivem a participação de discussão sobre o sistema agroflorestal, soberania alimentar, o conceito de etnoterritório, os impactos ambientais, os princípios da ecologia e sustentabilidade, os saberes tradicionais indígenas, as sementes crioulas e transgênicas, a monocultura, os agrotóxicos, a economia e demanda do mercado. Tais atividades serão contextualizadas aos conteúdos curriculares, onde os docentes utilizarão exemplos da vivência diária dos alunos e experiência no SAF para a elaboração de exercícios de fixação, dinâmicas de envolvimento e atividades avaliativas no decorrer dos bimestres (YVY PORÁ, 2016, p. 3).

Além de estar inserido no trabalho interdisciplinar, o projeto *Yvy Marae'*, também faz parte do currículo do ensino de História e contribui para a análise e compreensão do processo pelo qual a humanidade passou desde a Revolução Agrícola Neolítica⁵ até a Revolução Verde⁶, possibilitando discutir criticamente as motivações e as consequências dessas transformações, bem como refletir sobre o custo para a natureza e, conseqüentemente, para a humanidade de tais mudanças, uma vez que sempre existiram alternativas menos drásticas.

Nas aulas seriadas de História foi possível relacionar os conhecimentos da etnoastronomia Guarani e as experiências práticas com relação ao manejo do solo e cultivo das plantas com as diferentes experiências humanas em diferentes épocas e lugares e com os princípios da agrofloresta.

Estipulou-se paralelos entre essas diferentes experiências. Nesse processo, foi possível entender que a ciência astronômica sistematizada pelo mundo ocidental sempre fez parte do cotidiano da vida dos Guarani, os quais já dominavam conhecimentos sobre o movimento de rotação e translação, dos episódios do solstício e equinócio e suas consequências para a organização das estações do ano. Conhecimentos que influenciavam e direcionavam as ações de manejo e cultivo agrícola. Logo, o heliocentrismo já estava presente nos etnoconhecimentos Guarani, ainda que não com essa denominação.

O trabalho com o SAF nas aulas de História possibilitou “[...] explorar os conteúdos das pesquisas - as informações sobre as técnicas, as plantas, os animais, a terra, a água, os remédios, os alimentos, as relações entre grupos” (BRASIL, 1998, p. 208), que são estabelecidas pelos Guarani *Nhandewa*, reforçando a ideia de que não existe uma superioridade dos conhecimentos ocidentais, como o eurocentrismo sempre defendeu, e que os povos indígenas do Brasil sempre foram dotados de conhecimentos que, apesar de não estarem presentes nos livros didáticos, foram fundamentais para a formação do Brasil atual.

Por fim, dialogou-se sobre as experiências históricas Guarani e as possibilidades atuais para a sustentabilidade, soberania alimentar, proteção ambiental e relação com os etnoterritórios, que para os Guarani *Nhandewa* está isenta dos valores capitalistas e é regada por valores sagrados, ressignificando a aprendizagem histórica escolar.

No ano de 2017, por estar em discussão no Congresso Nacional a tese do Marco Temporal de Ocupação⁷, a comunidade escolar e local destacou a necessidade de trazer tal discussão para dentro da Escola fazendo-o por meio do Projeto “Pinhalzinho, a nossa história não começa em 1988: pertencimento histórico e direitos originários”.

⁵ A primeira revolução agrícola ocorreu por volta de 10 mil anos a.C., no período Neolítico. Nessa época da história, os homens agregaram ao sistema de caça e coleta a agricultura, com a descoberta da possibilidade de cultivo das plantas.

⁶ A Revolução Verde representa um conjunto de inovações tecnológicas que transformou as práticas agrícolas. O primeiro país a aplicar o conceito foi o México, por volta da década de 1950. Seu uso espalhou-se por vários países, que mudaram a forma e aumentaram significativamente sua produção de alimentos.

⁷ O Marco Temporal de Ocupação consiste em um Projeto de Lei da bancada ruralista contra a demarcação de terras indígenas, pois condiciona a demarcação da terra à presença de indígenas na região na data de 5 de Outubro de 1988. A ideia de marco temporal surgiu no julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em relação à reserva Raposa do Sol, preconizando que indígenas só teriam direito às terras que ocupavam em 1988, momento da promulgação da Constituição. Na decisão, a maioria dos ministros apontou que a tese não deveria ser aplicada automaticamente em outros casos. Apesar disso, a Advocacia-Geral da União elaborou um parecer vinculando toda administração pública, baseado nessa concepção.

O projeto [...] tratará do contexto Histórico da Terra Indígena Pinhalzinho da etnia Guarani *Nhandema*, situada no município de Tomazina. O foco do trabalho em destaque é buscar através de trabalho bem problematizado, fortalecer o espírito de pertencimento histórico com relação ao território indígena, e o sentimento de direito originário ao *tekoa* Pinhalzinho. Isto sob a perspectiva dos próprios índios mais velhos da aldeia, levando para o âmbito escolar nossas compreensões de mundo. Assim aproximaremos dos nossos alunos os conhecimentos tradicionais do povo indígena, problematizado a partir da realidade e do interesse da comunidade, os etnoconhecimentos mostrando a cientificidade que existe em nossos saberes assim como nos conhecimentos ocidentais pré-estabelecidos pela sociedade. (YVY PORÃ, 2017, p. 2).

No ensino de História deu-se continuidade à pesquisa sobre a história local, iniciada em 2014, dessa vez com foco no objetivo geral do projeto.

Resgatar a história e os conhecimentos tradicionais contadas pelos indígenas, para que este seja utilizada como meio para a proliferação do conhecimento de sua história dentro da terra indígena, sendo ao mesmo tempo atrativo e acessível aos jovens e para a comunidade em si podendo ser usado como material didático pela escola indígena (YVY PORÃ, 2017, p. 4).

Além de conhecer e registrar a história da TI Pinhalzinho e os etnoconhecimentos Guarani, também organizou-se esses registros, em língua portuguesa e língua Guarani, de forma que pudessem ser utilizados como material didático, isso porque os livros disponibilizados pelas políticas públicas educacionais não atendem tais especificidades.

Surgiu então a ideia de construir uma linha do tempo envolvendo os principais acontecimentos na TI Pinhalzinho e da Escola *Yvy Porã*, considerando como fonte históricas os registros documentais e a memória dos mais velhos.

A relação dos Guarani com o tempo⁸ diferencia-se da relação ocidental, entretanto, optou-se por manter a característica de organização linear na confecção da linha tempo. Ainda que o trabalho com a memória possa oscilar com relação à temporalidade, registrou-se a maior quantidade possível de fatos relatados pelos mais velhos na produção da linha do tempo da TI Pinhalzinho porque, segundo o RCNE/Indígena:

No estudo da História de cada povo, o professor deve priorizar a História tal como é contada pelos que ali vivem. Deve ter claro que, entre vários povos, mesmo as crianças já têm contato com a história de seu grupo, por intermédio dos pais, avós ou outros que, na aldeia, se encarregam de contá-la (BRASIL, 1998, p. 207).

A pesquisa documental e as entrevistas foram realizadas em atividades coletivas interdisciplinares. Os resultados obtidos foram sistematizados e organizados cronologicamente; ao final das pesquisas, os dados foram apresentados em forma de linha do tempo. Nas aulas de História foi possível explorar os fatos históricos locais e nacionais, relacionando-os com os globais e com os objetivos traçados pelo projeto, entre eles:

Mostrar para os alunos que os conhecimentos ocidentais não são as únicas formas de interpretação e compreensão do mundo ao seu redor. E que os Guarani como qualquer outro povo indígena possuíam conhecimentos que contribuíram para sua sobrevivência, conhecimentos tão bons quanto os ocidentais e de outras culturas (YVY PORÃ, 2017, p. 5).

⁸ Para compreender melhor a relação dos Guarani com o tempo ver MELO, 2008.

Na construção dessa abordagem foi possível trabalhar a valorização dos etnoconhecimentos Guarani, pois os alunos conseguiram identificar e relacionar as práticas relatadas pelos mais velhos com as de alguns povos da antiguidade, da África, Ásia e da Europa, em diferentes momentos históricos; bem como da história individual e coletiva do povo Guarani *Nhandewa*, assim, foi possível “[...] criar atividades didáticas de confrontação das interpretações e das memórias construídas por cada sociedade” (BRASIL, 1998, p. 203).

Ao longo da organização da linha do tempo, desenvolveu-se uma pesquisa de contextualização para cada fato histórico e cada data selecionada. Assim, foi possível discutir nas aulas de História que a história local está vinculada à nacional e à global. Para além disso, foi possível entender que as relações de poder permeiam essa dinâmica, sendo os povos indígenas resistentes perante um sistema globalizado de interesses e visões de mundo, no qual predomina a ocidental.

A falácia da superioridade ocidental, na tentativa de se manter como soberana, defendeu a ideia de que os povos indígenas são povos sem história e estáticos, ou seja, quem não sofre mudanças no seu modo de vida e cultura com o passar do tempo, desconsiderando todo o processo histórico de mutação que é natural para todos os povos. Essas ideias foram contestadas pela resistência e luta dos povos indígenas, estando demonstrada na Linha do Tempo da TI Pinhalzinho.

Por perceber a necessidade de possuir dados mais específicos com relação às questões econômicas, sociais e culturais dos moradores da TI Pinhalzinho e para dar sequência à educação intercultural, no ano de 2018 a Escola Yvy Porã trabalhou com o Projeto “Censo Demográfico da Terra Indígena Pinhalzinho: a busca da autogestão territorial”.

O Projeto teve como objetivo desenvolver um trabalho semelhante ao do IBGE, contar os habitantes da TI Pinhalzinho, identificar suas características econômicas, sociais e culturais, produzindo informações imprescindíveis para o trabalho intercultural que a Escola propõe-se a fazer, e subsidiar as organizações locais, especialmente com relação à reivindicação de políticas públicas.

Os dados obtidos com o Censo, tornaram-se uma base para a organização do trabalho escolar, que envolve além das questões educacionais também as culturais, econômicas e sociais, bem como para a organização de luta da Comunidade local. A partir desse Projeto foi possível conhecer melhor a realidade socioeconômica e cultural da TI Pinhalzinho, o que é imprescindível para pontuar as questões interculturais a serem abordadas e incluídas no currículo do ensino de História.

Nas aulas de História, relacionou-se os resultados do Censo com as informações sobre a história local, obtidas nos anos anteriores, analisando as mudanças e permanências, bem como todo o processo.

Foi possível estabelecer relações com as questões nacionais, quando analisado o processo de luta pela defesa do território, o aumento populacional da TI e as dificuldades econômicas de boa parte dessa população. “[...] o aluno pode projetar as suas vivências cotidianas em diferentes tempos e espaços” (BRASIL, 1998, p. 203) e pensar em políticas públicas afirmativas para dialogar com as necessidades da realidade local.

Ainda foram pautas das aulas, as mudanças na legislação brasileira com relação ao direito aos territórios indígenas, à cidadania e à Educação Escolar Indígena, sempre destacando o papel das lutas indígenas por tais conquistas, analisando os dados positivos do Censo como resultados dessas lutas, e os dados que merecem atenção como pautas para as novas lutas, uma vez que

[...] entre os diferentes objetivos e os conteúdos do ensino de História definidos em cada contexto, podem existir aqueles que contribuam para a construção e consolidação da história das lutas políticas dos povos nativos pela reivindicação do direito à diversidade étnica e cultural e à cidadania na sociedade brasileira (BRASIL, 1998, p. 200).

Nas aulas de História foi possível, por meio da produção de narrativas históricas, proporcionar aos jovens Guarani a possibilidade de registrarem a história e cultura local a partir das narrativas dos sábios, além de expressar suas impressões, análises e conclusões sobre os estudos históricos, incluindo a história local na nacional e global, evidenciando o protagonismo da população indígena na construção do Brasil atual, especialmente do povo Guarani *Nbandewa* da TI Pinhalzinho. “Assim, as populações indígenas passaram a adquirir importância, [...], de sujeitos da história nacional” (BRASIL, 1998, p. 199).

Conclusão

Este é um panorama do trabalho desenvolvido pela Escola *Yvy Porã* e pelo ensino de História, destacando as principais atividades desenvolvidas e em andamento na Escola, apresentando o trabalho interdisciplinar e a interculturalidade, processos importantes que contribuem para que a aprendizagem de história seja ressignificada e promova uma educação específica e diferenciada, contribuindo para a formação e autoafirmação dos jovens *Nbandewa*, grande anseio da população local.

Ao longo dos anos apresentados nesta pesquisa, o ensino de História foi desenvolvendo uma experiência diferenciada, colocando a história local como ponto de partida e os Guarani *Nbandewa* como sujeitos históricos, sem deixar de estabelecer as relações com a História geral.

Destaca-se que para essa prática a Escola *Yvy Porã* utiliza os recursos locais, a história oral por meio da memória dos sábios da comunidade, os quais são considerados mais relevantes, uma vez que o objetivo do ensino de História é olhar e estudar a história a partir dos sujeitos históricos locais. Assim, destaca-se que o processo de descolonização dos conteúdos históricos acontece progressivamente, na medida em que há a aproximação e a formação junto aos sábios *Nbandewa* e o amadurecimento das informações no paralelo com a história já sistematizada.

Com esse trabalho a Escola e o ensino de História têm contribuído para o processo de autoafirmação, empoderando os jovens *Nbandewa* para enfrentarem os desafios futuros nos diversos espaços sociais que ocuparão.

Dessa forma, o trabalho desenvolvido na Escola *Yvy Porã* tem contribuído para que as crianças, os jovens estudantes e o povo Guarani *Nbandewa* da TI Pinhalzinho; que têm consciência do direito de viverem e serem compreendidos nas suas particularidades culturais, linguísticas e históricas, dos seus direitos territoriais e de cidadania, tanto dentro dos seus territórios tradicionais quanto em todo território nacional; se instrumentalizem cada vez mais, proporcionando a criticidade nos jovens e condição para que deem continuidade aos Movimentos Indígenas na luta e defesa de seus direitos.

Referências

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Os índios na história do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. *Revista História Hoje*, v. 1, n. 2, p. 21-39, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*. Bra-

sília: MEC/SEF, 1998.

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica*. Brasília: MEC/SEF, 2012.

FAUSTINO, Rosângela C. *Política educacional nos anos de 1990: o multiculturalismo e a interculturalidade na educação escolar indígena*. 2006. Tese de Doutorado em Educação, CED/Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 335 f.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. *Ideação*, v. 10, n. 1, p. 41-62, 2008.

MELO, Clarissa Rocha de. *Corpos que falam em silêncio: escola, corpo e tempo entre os Guarani*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2008. 146 f.

_____. A experiência no curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. *Século XXI: Revista de Ciências Sociais*, v. 3, n. 1, p. 120-148, 2013.

ORIÁ, Ricardo. Memória e Ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2005, p. 128-148,

PAIVA, Adriano Toledo. *História Indígena na Sala de Aula*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012, 200 p.

PARANÁ, Escola Estadual Indígena Yvy Porã. *Projeto Político Pedagógico (PPP)*. Terra Indígena Pinhalzinho – Tomazina/PR, 2019.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

PORTELLI, Alessandro. Memória e Diálogo: Desafios da História Oral para a Ideologia do Século XXI. In: FERREIRA, Marieta de M.; FERNANDES, Tania M.; ALBERTI, Verena. *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz / Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 67-71.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar*. UFMG, 2010.

VALENTE, Ana Lúcia. *Educação e diversidade cultural: um desafio da atualidade*. São Paulo: Moderna, 1999.

VICELI, Luciana Helena de O. *Política educacional e o ensino de História na Escola Guarani Nhandewa Yvy Porã: contribuições para uma educação intercultural*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR, 2020. 202 f.

YVY PORÃ, Escola Estadual Indígena. *Djakuai pa Nhandereko (Nosso lar, nós conhecemos?)*. Terra Indígena Pinhalzinho – Tomazina/PR, 2014.

_____. *Ymã Gua Kuery Oikuaavea Há'e Nhandeva'e Oexaa Rupi (História e Conhecimento do Tempo na Visão Guarani)*. Terra Indígena Pinhalzinho – Tomazina/PR, 2015.

_____. *Yvy Marae'y (Terra sem Mal)*. Terra Indígena Pinhalzinho – Tomazina/PR, 2016.

_____. *Pinhalzinho, a nossa história não começa em 1988: pertencimento histórico e direitos originários*. Terra Indígena Pinhalzinho – Tomazina/PR, 2017.

Recebido: 07/05/2021

Aceito: 20/07/2021